

Uma interpretação das causas da rebelião militar contra a ordem imperial no Brasil na década de 1880*

Guillaume Azevedo Marques de Saes**

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar as razões e as motivações da oficialidade militar que se rebelou contra o regime imperial no Brasil na década de 1880. Queremos mostrar que por trás do movimento militar que levou à derrubada da monarquia em 1889 havia uma oposição entre, de um lado, o perfil social, profissional e ideológico desta oficialidade revolucionária, e, do outro, a natureza do regime imperial e dos interesses socioeconômicos que ele representava e defendia.

Palavras-chave: Brasil; militares; Império; revolução.

An interpretation of the causes of the military rebellion against the imperial order in Brazil in the 1880s

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the reasons and the motivations of the military officers who rebelled against the imperial regime in Brazil in the 1880s. We attempt to show that behind the military movement that overthrew the monarchy in 1889 there was a contradiction between, on the one hand, the social, professional and ideological profile of the revolutionary officers and, on the other hand, the nature of the imperial regime and the social and economic interests this regime represented and advocated on behalf of.

Keywords: Brazil; military; Empire; revolution.

Queremos analisar aqui as razões e as motivações do núcleo revolucionário das forças armadas brasileiras que se voltou contra o Império na década de 1880. Acreditamos que a rebelião militar contra a ordem imperial pode ser explicada

* Este artigo é baseado em parte de nossa pesquisa de doutorado (Saes, 2011), para a qual contamos com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre julho de 2008 e março de 2011, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos meses de abril e maio de 2008.

** Doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo-SP. End. eletrônico: gdesaes@uol.com.br

pela oposição entre a natureza do regime monárquico no Brasil – e da ordem socioeconômica que ele representava e defendia – e o perfil social, profissional e ideológico das Forças Armadas – e mais especificamente do Exército – naquele momento histórico. É o que procuraremos mostrar neste artigo.

I. O papel das Forças Armadas dentro da ordem imperial.

Ineficientes e inexpressivas durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, as forças armadas regulares e profissionais (Exército e Marinha de Guerra) adquiriram papel de maior relevo dentro da ordem política brasileira a partir do advento do Segundo Reinado em 1840. Este papel consistiu numa dupla função:

1) **Agentes da centralização imperial.** As revoltas provinciais das décadas de 1830 e 1840, por ameaçarem a integridade do território brasileiro, levaram a uma reorganização do aparelho de Estado brasileiro com o objetivo de estabelecer uma maior centralização política e administrativa e romper, desta forma, com as iniciativas descentralizadoras da Regência. O fortalecimento das forças armadas regulares e profissionais fazia parte deste processo, já que eram elas as únicas capazes de enfrentar rebeliões de maior envergadura, rebeliões de caráter regional nas quais estava envolvida uma parte das próprias elites provinciais: a Guarda Nacional, milícia civil não profissional e braço armado da elite proprietária, se era suficiente para sufocar levantes populares e revoltas de escravos, não poderia garantir a mesma eficiência e a mesma lealdade no momento de combater revoluções de âmbito regional e encabeçadas por elementos das classes dominantes. Era preciso, portanto, se apoiar em forças profissionais cujo compromisso não fosse, pelo menos em tese, com os interesses imediatos das elites provinciais, e sim com as diretrizes do governo central. E, de fato, foram as forças regulares, auxiliadas por contingentes leais da Guarda Nacional, que sufocaram as principais rebeliões provinciais do período, a figura de Caxias se destacando como liderança do Exército na vitória governamental sobre a Balaiada no Maranhão em 1841, sobre as revoluções liberais em São Paulo e Minas Gerais em 1842 e, finalmente, sobre a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul em 1845 (Costa, 1996: 27-72).

2) **Defensoras das fronteiras do Império.** O objetivo do Império era proteger a integridade de seu território, e esta estaria ameaçada por projetos expansionistas de outras nações, como a Argentina e o Paraguai. O projeto expansionista de outro país, mesmo que não alvejasse num primeiro momento porções do território brasileiro, poderia significar o surgimento de potências rivais, guerras futuras e uma instabilidade regional favorável ao desmembramento de um território de proporções continentais. A garantia da integridade do território brasileiro dependia, portanto, da estabilidade geopolítica na região platina e para

garanti-la era preciso naturalmente basear o aparelho militar do Império nas forças armadas regulares e profissionais. E de fato, foram essas forças regulares que comandaram, com o auxílio da Guarda Nacional, de tropas irregulares de estancieiros gaúchos e de forças aliadas locais, as vitoriosas intervenções militares do Império no Uruguai (guerras de 1851 e 1864-1865) e na Argentina (guerra de 1852) em defesa de facções locais mais favoráveis ao Brasil, e foram elas o núcleo das forças brasileiras na sangrenta e devastadora Guerra do Paraguai (1865-1870), na qual Brasil, Argentina e Uruguai derrotaram definitivamente o projeto expansionista paraguaio e com a qual se encerrou o ciclo de guerras do Império (Costa, 1996: 73-219; Bandeira, 1998).

Qual seria o objetivo por trás desta política? O objetivo por trás da política imperial de ao mesmo tempo garantir a unidade nacional por meio de um Estado centralizado e de proteger o território brasileiro de ameaças externas era a **preservação do escravismo**. Por ser o Brasil o único país do subcontinente sul-americano no qual predominava a escravidão como base de sua organização social e econômica – economia agroexportadora apoiada na grande propriedade e no trabalho escravo –, era necessário manter a sua coesão como melhor forma de defesa desta organização. E para tal, era preciso dotar o país de um aparelho de Estado centralizado que consolidasse a sua unidade, como um bloco. Um dos efeitos da centralização era evitar a abolição da escravidão nas províncias nas quais esta tinha menos importância ou estava em declínio, e evitar com isso um enfraquecimento da posição das províncias nas quais a escravidão tinha mais força e o conseqüente risco de uma posterior liquidação do escravismo em todo o território (Lima, 1945: 70-86). O outro efeito era a necessidade de viabilização de um mercado nacional de escravos, devido às pressões externas – e mais especificamente inglesas – pela abolição do tráfico de escravos do continente africano para o Brasil – abolição que, aliás, se concretizaria em 1850. Era necessário, portanto, como forma de compensar a crise do fornecimento externo de mão de obra escrava, desenvolver o tráfico interprovincial dos escravos das áreas agrícolas em declínio para as áreas agrícolas em expansão (Saes, 1985: 162-172). Assim, qualquer ameaça à unidade do território brasileiro, fosse ela vinda das aspirações autonomistas de algumas províncias ou do projeto expansionista de uma nação vizinha, punha em risco a sobrevivência da organização social e econômica escravista. Podemos dizer, portanto, que as forças armadas regulares e profissionais brasileiras, embora não tivessem uma função direta na preservação da escravidão (apresamento, repressão a fugas e a revoltas de escravos), estavam indiretamente ligadas ao escravismo por serem encarregadas da preservação da unidade territorial da qual este sistema dependia.

Para tornar as forças armadas regulares e profissionais aptas a cumprir o difícil papel de defender e manter unido um território de proporções continentais,

a elite imperial promoveu uma série de reformas com o objetivo de modernizá-las e burocratizá-las. No que diz respeito especificamente ao Exército, a mais importante reforma de todas foi a de 1850, que alterou os critérios de promoção dentro da corporação. Esta reforma, estudada por John Schulz (1994: 23-33), instituiu normas rígidas de promoção baseadas na antiguidade e no mérito e exigia curso de nível universitário para os oficiais das armas **técnicas** (estado-maior, artilharia e engenharia). Esta reforma iria mudar a configuração do Exército ao transformá-lo numa instituição moderna ou pelo menos parcialmente moderna – isto é moderna dentro dos limites impostos pela ordem escravista do Império. Uma das consequências da reforma militar de 1850, que abolia dessa forma as relações sociais e familiares como critério para a ascensão na carreira – e impedia desta forma a oficiais bem relacionados de atingir altos postos com pouca idade –, foi o crescente desinteresse dos filhos das famílias pertencentes aos setores hegemônicos da elite imperial pela carreira no Exército. A oficialidade seria a partir daí originária de ramos mais modestos das classes dominantes, em geral de famílias de proprietários rurais cujos limitados recursos levavam seus filhos a procurar emprego na burocracia (Schulz, 1994: 30). Esta nova oficialidade tenderia, portanto, a ter menor identificação com a ordem social e econômica vigente do que a velha oficialidade originária dos setores dominantes da elite imperial. A este respeito, o mesmo John Schulz (Schulz, 1974: 239-240) compara o perfil de dois oficiais do exército brasileiro: Caxias, típico oficial aristocrático cuja formação profissional se deu nos primeiros anos do Império e que seria sempre leal à ordem monárquica, e Floriano Peixoto, representante desta nova oficialidade que surgiu depois de 1850 e que estaria ideologicamente mais comprometida com o Exército do que com a Coroa.

II. Razões da rebelião militar.

Difícilmente compreenderíamos a força da rebelião militar da década de 1880 se não levássemos em conta a importância histórica da Guerra do Paraguai. Seu impacto em nossa evolução militar se deu devido às suas proporções até então inéditas na história brasileira: se as intervenções militares do Império na Argentina em 1852 e no Uruguai em 1851 e 1864-1865 se notabilizaram por campanhas rápidas contra organizações militares precárias, de tipo miliciano, assim como contra países divididos pela guerra civil, o adversário agora era um Estado centralizado dotado de um grande exército regular, um Estado militarizado que, embora economicamente pobre, tinha grande facilidade em mobilizar a população para a guerra. A luta contra a **nação armada** do Paraguai obrigou o Estado brasileiro a uma reestruturação de suas forças armadas, não somente no que diz respeito à sua forma de combater, mas também no que diz respeito

à sua própria organização. Caxias, o grande estrategista responsável por esta reorganização, liderou as forças aliadas na série de batalhas que desembocaram na tomada de Assunção em janeiro de 1869 e, posteriormente, já sob o comando do Conde d'Eu, na destruição das forças restantes de Solano López. A guerra de 1865-1870 foi, portanto, um marco na história militar brasileira. Os cinco anos de luta que levaram à aniquilação do Paraguai provocaram o surgimento de uma forte consciência corporativa entre os militares. Esta consciência corporativa, resultante de uma longa e árdua campanha e do prestígio nacional adquirido com a vitória, logo se transformaria, especialmente no Exército, em força política e revolucionária (Motta, 2001: 147).

Como podemos, então, explicar a politização dos militares brasileiros contra a ordem imperial? O primeiro fator que explica este fenômeno histórico é a contradição entre a **ideologia meritocrática** da oficialidade militar e a ordem escravista do Império. Encontramos esta tese em Décio Saes. Para este autor, a reforma parcial do Exército com base nos princípios do burocratismo burguês – não monopolização das tarefas do Estado pela classe exploradora e hierarquização dessas tarefas segundo o critério da competência –, reforma realizada pelo Império por razões de defesa – ameaça militar vinda de Estados não escravistas e a conseqüente necessidade de tornar as forças militares mais eficientes –, teria levado ao surgimento de uma contradição entre a burocracia militar e o Estado escravista, isto é, a uma contradição entre uma organização burocrática organizada com base em moldes burgueses e um Estado pré-burguês (Saes, 1985: 172-179).¹ Por ter sido esta reforma do Exército apenas parcial devido aos limites impostos pela própria ordem escravista do Império, negadora dos princípios do burocratismo burguês por ser uma ordem de privilégio, a reforma completa só poderia se dar com a derrubada do Estado escravista e sua substituição por um Estado burguês. Isto explicaria a adesão da oficialidade à causa abolicionista e seu papel de vanguarda na derrubada da monarquia.

Podemos ter uma ideia da ideologia meritocrática dos militares a partir deste trecho extraído de um trabalho de Antonio de Sena Madureira datado de 1874. Sena Madureira, um legítimo representante da oficialidade qualificada e da elite intelectual do Exército – e posteriormente um dos principais protagonistas das agitações político-militares da década de 1880 – assim expõe a sua visão dos exércitos modernos:

¹ O **burocratismo burguês** consistiria aqui no sistema de organização do aparelho de Estado burguês, que consistiria, por sua vez, num conjunto de instituições cuja função seria tornar possível a reprodução das relações de produção capitalistas. O principal aspecto jurídico do Estado burguês seria a igualdade jurídica entre todos os agentes da produção (proprietário dos meios de produção e produtor direto). (Saes, 1985: 22-50).

Na Grécia, em Roma, o direito de defender a República pertencia exclusivamente aos nobres e aos ricos; os proletários, os libertos, os escravos e os ilotas, eram excluídos como indignos e apenas empregados para levar ou acompanhar as bagagens. Na idade média, os homens de armas eram recrutados entre a nobreza; os servos, os vassallos não eram contados.

Presentemente, todo homem válido e que não sofreu pena infamante, deve-se à defesa do solo nacional. Pode, mesmo, por sua inteligência, coragem e saber, qualquer que seja a sua origem, chegar ao posto mais elevado da hierarquia militar, como, fora do exército, pode por seus talentos e virtudes chegar às mais altas funções civis. O exército é, assim, uma imagem reduzida da nação, na qual todas as classes da sociedade estão misturadas e obrigadas a um contato constante que produz os melhores resultados; as castas sociais ficam aí confundidas em uma mesma comunhão de ideias, a dedicação pela pátria, que é a mais alta expressão das virtudes cívicas. [...] O exército é, assim, uma vasta escola, onde cada cidadão vem conhecer novas forças morais, e partilhar os sentimentos de abnegação, de honra e de amor pela pátria (Madureira, 1874: 11-12).

A outra causa da rebelião militar contra a ordem imperial – causa que se não explica necessariamente a ação revolucionária em si, explica com certeza a tentativa do grupo militar de governar o país nos primeiros anos da República –, é a existência, no seio do grupo militar, de um projeto político próprio. Só um projeto político próprio, mesmo que embrionário e mal formulado, poderia justificar uma tentativa de permanecer no poder por tempo indeterminado. Este projeto tem sua origem na própria formação do oficial do Exército, que se apoiava fundamentalmente num ensino de cunho técnico e científico, o que predisporia o militar brasileiro a se interessar por políticas voltadas para a modernização de um país agrário (Motta, 2001: 22). A reforma do Exército de 1850, ao provocar uma generalização desta formação entre todos os oficiais das armas técnicas – o “patriciado intelectual do Exército” no dizer de Jehovah Motta –, só veio acentuar a presença de um espírito científico e modernizador dentro da instituição, e levou, como sustenta John Schulz, ao surgimento de uma oficialidade qualificada que tenderia cedo ou tarde a ver com desprezo e revolta a atrasada elite do Império (Schulz, 1994: 31). O mesmo autor, ao analisar a imprensa militar da segunda metade do século XIX³, mostra como em alguns dos periódicos militares havia uma contestação do escravismo e do caráter agrário

³ Trata-se de jornais como *O Militar* (1854-1855) e a *Tribuna Militar* (1881-1882), que defendiam bandeiras como a abolição da escravidão, a expansão das vias de comunicação e o desenvolvimento da indústria nacional. Tivemos a oportunidade, em nossa pesquisa (Saes, 2010), de estudar mais aprofundadamente as posições da *Tribuna Militar*, cujos números estão disponíveis em versão microfilmada no acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

da economia brasileira e havia a defesa de uma política industrializante para o país. Esta ideologia industrializante, que estaria presente no discurso do grupo militar no poder nos primeiros anos da República e que tivemos a oportunidade de estudar de forma mais aprofundada em nossa pesquisa de doutorado (Saes, 2011: 19-115), era ainda embrionária se comparada ao projeto econômico dos militares da era Vargas: os militares brasileiros do final do século XIX defendiam uma política industrializante que se limitava a uma proteção e a um incentivo (via tarifas protecionistas e política creditícia) a grupos privados nacionais, e não se preocupavam com a criação de novos setores industriais com a participação direta do Estado. Entretanto, dentro do quadro de um país agrário e escravista, este tipo de projeto industrializante não deixava de representar um notável avanço.

Desta forma, podemos dizer que a oficialidade revolucionária que derrubou a monarquia em 1889 possuía um projeto político próprio, dentro do qual estava compreendida uma política de desenvolvimento e modernização do país que acabou por se chocar com a ordem socioeconômica do Império, esta última fundada na exportação de produtos agrícolas e no trabalho escravo.⁴ A modernização da organização militar brasileira com base nos modelos militares da Europa burguesa teve então um efeito contrário ao desejado pela elite imperial: os militares brasileiros, ao adquirir uma formação compatível com a dos militares dos países mais avançados, passavam a perceber os limites de seu próprio país.

Anfriso Fialho, um antigo major de artilharia do Exército, escrevia em 1890 um ensaio de apologia à revolução de 15 de novembro de 1889, e dele extraímos um parágrafo que para nós ilustra bem o que seria uma visão que a oficialidade rebelde da década de 1880 tinha da obra política do Segundo Reinado:

É por seus resultados que a política de D. Pedro II deve ser julgada.

No fim de quase meio século de governo aparentemente constitucional, mas na realidade profundamente absoluto, deixou ele o Brasil pobre, atrasado, sem prestígio político no exterior. Não criando a indústria, nem animando os esforços dos seus súditos neste sentido, antes impedindo-lhes e dificultando-lhes a iniciativa individual, ele obrigava os brasileiros a viverem do emprego público, o qual só por ele era distribuído, conhecendo bem a verdade deste pensamento de Lamartine: “Os empregados públicos formam o exército do rei”. Ele, que empregava toda a sua solicitude em fazer crer que promovia a instrução pública,

⁴ A visão do Império como sinônimo de atraso socioeconômico explica, inclusive, a adoção do positivismo por uma parte da burocracia militar: uma filosofia apologista da sociedade industrial, de uma sociedade hierarquizada e dirigida por uma elite científica e industrial, era uma arma ideológica para uma oficialidade de formação científica contra uma ordem socioeconômica atrasada e governada por uma elite de bacharéis em direito originários da oligarquia agrária.

deixou mais de 90% da população completamente analfabeta; um país como o Brasil, que vive exclusivamente da agricultura, não recebeu do governo imperial nem uma única escola agrícola, nem uma única estrada de rodagem digna deste nome; do aumento da população – o primeiro elemento da riqueza de um povo nunca cogitou sinceramente; algumas linhas de estrada de ferro que o país possui, absorvem (com exceção da Estrada de Ferro Central, antiga Pedro II), quase o preço do produto por seu frete excessivo.

Se perguntassem a qualquer brasileiro qual a procedência da matéria-prima dos objetos fabricados que lhe cobrem o corpo ou dos gêneros de primeira necessidade que ele consome, ele responderia inevitavelmente que tudo vem do estrangeiro. O monarquista mais dedicado à família imperial não poderia apontar fatos positivos ou medidas administrativas revelando a existência de um plano para o bem do país e cuja autoria pertença ao monarca destronado (Fialho, 1983: 12).

III. Eclosão do movimento militar contra a monarquia.

Por que o movimento militar contra a monarquia eclodiu apenas na década de 1880? Encontramos para este fato duas explicações: o desaparecimento da geração de generais mais leais à ordem imperial, como Caxias, Osório, Polidoro e Porto Alegre, oficiais cujo prestígio e liderança podiam frear o ímpeto revolucionário dentro do Exército e das Forças Armadas em seu conjunto (Schulz, 1994: 86; Santos, 1989: 163-164); o contexto histórico da década, isto é o contexto de crise final do escravismo (crescimento do movimento abolicionista de classe média e intensificação da rebelião escrava) (Saes, 1985), que tornava o terreno mais favorável para uma ação revolucionária contra o regime. A década de 1880 seria, então, marcada por uma série de acontecimentos políticos envolvendo atritos entre oficiais militares e representantes da elite política do Império. Estes episódios – em geral referentes a questões disciplinares e aparentemente desconexos entre si – seriam absolutamente inconsequentes em outro contexto histórico, mas naquele momento faziam todos eles, em seu conjunto, parte de um grande movimento militar cujo resultado final foi a derrubada da monarquia.

Entretanto, conscientes de sua inferioridade numérica diante de uma grande maioria de oficiais insatisfeitos com a sua situação profissional e com a própria situação do país, mas não dispostos a arriscar a sua carreira numa tentativa insurrecional, o núcleo revolucionário do Exército (Sena Madureira, Benjamin Constant, Sólton Ribeiro, Serzedelo Corrêa etc.) teve de apelar para a liderança de grandes nomes dentro das Forças Armadas, nomes capazes de legitimar o seu movimento e obter o apoio do conjunto da oficialidade. As duas figuras escolhidas foram Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, dois generais monarquistas que não compartilhavam com os ideais da oficialidade rebelde, mas que aceitaram, provavelmente por temer perder a sua posição de liderança

dentro Exército, se colocar à frente da rebelião militar, mesmo que isso os levasse a um rompimento com a elite imperial com a qual estavam bem integrados. A presença de dois generais de grande prestígio à frente do movimento rebelde era imprescindível para a mobilização do conjunto da corporação, e especialmente para a mobilização dos elementos menos politizados (Ferreira, 2000: 69-77). Assim, quando Deodoro, então Comandante das Armas e presidente interino da Província do Rio Grande do Sul, e Pelotas, membro do Senado, assumiram em 1886 a defesa de Cunha Matos e Sena Madureira em seu confronto disciplinar com o Ministro da Guerra, a rebelião militar ganhou maior amplitude, isto é deixou de se manifestar por meio de episódios isolados para assumir a forma de um movimento unificado. Esta coesão seria sedimentada com a fundação do Clube Militar em junho de 1887, entidade de cunho ao mesmo tempo político e corporativo cujo objetivo era defender os interesses da oficialidade militar, tanto do Exército como da Marinha, e que escolhia o próprio Deodoro da Fonseca para a presidência.

O discurso adotado pela oficialidade revolucionária baseou-se essencialmente em duas questões, o **abolicionismo**, já bastante difundido dentro dos meios militares pelas razões que expusemos atrás, e o **orgulho corporativo**, este último imprescindível para cooptar o conjunto da corporação com base no “espírito de classe”. Esta estratégia política foi decisiva naquele contexto de crise do escravismo e das instituições imperiais. A partir do momento em que as autoridades imperiais – desesperadas com a intensidade adquirida pela revolta escrava e conscientes da insuficiência das forças policiais – tiveram de contar com o Exército como força repressiva, o abolicionismo da oficialidade feriu de morte a instituição da escravidão, primeiro com a sabotagem da perseguição aos escravos que fugiam em massa das fazendas, e depois, com a recusa aberta em cumprir esta função – o que se deu com o famoso manifesto do Clube Militar de outubro de 1887, redigido por Serzedelo Corrêa e Jaime Benévolo e assinado por Deodoro. Já o orgulho corporativo foi importante na exploração política dos diversos atritos entre militares e autoridades imperiais, no sentido de mobilizar uma parcela cada vez maior da oficialidade com base no ódio à “corrupta elite civil”. Isto foi vital em 15 de novembro de 1889, na medida em que resultou na deposição do ministério Ouro Preto e, junto com ele, do regime monárquico: nesta data, a força insurrecional de seiscentos homens comandada por Deodoro e Benjamin Constant e composta pela 2ª brigada do Exército e pelos alunos da Escola Superior de Guerra recebia sem um único tiro a adesão das forças governamentais comandadas por Floriano Peixoto e derrubava facilmente o regime.

Para finalizar esta análise, resta-nos responder a uma última questão: *qual foi o papel da Marinha em todo este contexto?* A oficialidade desta corporação teve participação discreta nas agitações políticas e militares da década e aceitou pas-

sivamente a derrubada da monarquia. Apesar de haver defensores entusiastas da causa revolucionária na Marinha, esta última não se envolveu em seu conjunto no movimento revolucionário, o que acabou por reforçar desta forma a sua imagem de força conservadora e aristocrática. Apesar de não possuímos informações sobre as possíveis repercussões da reforma do Exército de 1850 na Marinha, levantamos a hipótese de que esta não passou pelo mesmo processo de transformação burocrática: ao contrário do Exército, que se transformou numa instituição aberta a todos – menos, lógico, aos escravos – e que possibilitava a ascensão de jovens de famílias pouco abastadas com base em sua competência profissional, a Marinha continuou a ter seus principais funções e postos monopolizados pelas classes dominantes (Sodré, 2010: 223-224; Carvalho, 2005: 19; Castro, 1995: 48). O monopólio dos postos de oficial pelos setores hegemônicos da elite imperial poderia, então, explicar a maior identificação da Marinha para com a ordem vigente e, conseqüentemente, o seu conservadorismo – e inclusive o seu papel contrarrevolucionário no episódio das revoltas armadas contra o governo de Floriano Peixoto, no início do período republicano.

* * *

Com a vitória da ação revolucionária de 15 de novembro de 1889, o grupo militar chegava ao poder. No entanto, a aparente unidade do movimento militar nos últimos anos do Império logo se transformaria em falta de unidade no novo regime. A partir do momento em que o exercício do poder exigiria uma maior definição política e ideológica por parte dos militares, estes logo se dividiriam em diferentes grupos. A falta de união e de organização política dos militares se revelaria, por exemplo, no período da Assembleia Constituinte (1890-1891), durante o qual a considerável presença de oficiais do Exército e da Marinha não foi suficiente para que surgisse um **partido militar** que propusesse um projeto alternativo de república ao vitorioso projeto liberal-federalista defendido pelos poderosos representantes da cafeicultura paulista (Costa, 1987). A crise do grupo militar se revelaria mais aguda na relação entre Deodoro da Fonseca e a oficialidade revolucionária. Se no final da década de 1880, Deodoro, apesar de sentimentalmente preso à ordem imperial, optara por se colocar à frente da rebelião militar, ao chegar ao poder como primeiro Presidente da República mudava de orientação e voltava às suas antigas posições conservadoras. Sua aliança com grupos remanescentes da antiga elite imperial e suas tentativas de neutralizar o núcleo revolucionário dentro das Forças Armadas levariam a um rompimento com a oficialidade revolucionária e à sua própria queda em novembro de 1891.

A oficialidade revolucionária se uniria agora em torno de Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro na Presidência da República. O governo de Floriano se

caracterizaria por seu caráter ao mesmo tempo progressista e centralizador: enquanto reprimia duramente a oposição conservadora, tomava medidas para auxiliar o precário setor industrial brasileiro (tarifas protecionistas, política de crédito)⁵ e para aliviar as duras condições de vida da plebe carioca (redução dos preços dos aluguéis das casas populares e dos gêneros de primeira necessidade no comércio). No entanto, as cada vez mais profundas divisões políticas nas Forças Armadas – divisões que desembocaram em revolta armada durante o governo de Floriano – e o conseqüente enfraquecimento do grupo militar impediram a permanência deste no poder, o fim de seu domínio se dando em 1894, em proveito dos representantes da cafeicultura paulista. Os militares voltariam a ameaçar a ordem oligárquica dominada pelas elites agromercantis na década de 1920, com o **tenentismo**, e seriam vitoriosos com a **Revolução de 1930**, que por sua vez inauguraria uma era industrializante no Brasil. As tentativas dos oficiais patriotas que no final do século XIX puseram fim à decrépita ordem imperial e procuraram transformar o Brasil numa nação moderna e desenvolvida jamais serão, entretanto, esquecidas.

Bibliografia

- BANDEIRA, Moniz (1998). *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan / Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CARVALHO, José Murilo de (2005). *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTRO, Celso (1995). *Os militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- COSTA, Wilma Peres (1996). *A espada de Dâmocles*: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP.
- _____ (1987). Os militares e a primeira Constituição da República. In: MORAES, João Quartim de, COSTA, Wilma Peres, OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A tutela militar*. São Paulo: Vértice.

⁵ Nesta política teve papel importante a atuação de Serzedelo Corrêa, representante da jovem oficialidade republicana e revolucionária da década de 1880, e Ministro da Fazenda de Floriano. Serzedelo, aliás, se tornaria, no início do século XX, um dos maiores militantes em defesa da indústria nacional.

- FERREIRA, Oliveiros S. (2000). *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC, 2000.
- FIALHO, Anfriso (1983). *História da fundação da república no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- LIMA, Hermes (1945). *Notas à vida brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- MADUREIRA, Antonio de Sena (1874). *Estudo da organização militar dos principaes estados da Europa apresentado ao Ministerio da Guerra pelo capitão do estado maior de 1ª classe Antonio de Sena Madureira*. Londres: Officina Typographica de Guilherme Clowes e Filhos.
- MORAES, João Quartim de (2005). *A esquerda militar no Brasil*. Volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular.
- MOTTA, Jehovah (2001). *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- SAES, Décio (1985). *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de (2011). *Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo*. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: USP.
- _____ (2010). Um periódico em defesa da indústria nacional: análise da Tribuna Militar (1881-82). *História e Economia – revista interdisciplinar*. Brazilian Business School. São Paulo, v. 6, n. 1.
- SANTOS, José Maria dos (1989). *A política geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- SCHULZ, John (1994). O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: EDUSP.
- _____ (1974). O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. 4º volume: Declínio e queda do Império. São Paulo: DIFEL.
- SODRÉ, Nelson Werneck (2010). *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.